



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 178/2023

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº009/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0237/2023

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO-PI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 41.522.111/0001-45, com sede na Av. Manoel Divino, nº 55 – Centro, São José do Divino-PI, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Francisco de Assis Carvalho Cerqueira, portador do CPF Nº 839.920.653-91 e RG Nº 1.742.642 SSP/PI, Prefeito Municipal, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em sequência, designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado **SÃO JOSE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 11.509.851/0001-80, estabelecida na Av. Manoel Divino, Nº 474, Bairro Pau D'arco, São José do Divino-PI, neste ato representado pelo Sr. Francisco Antonio de Sampaio Fontenele, portador do RG Nº 2.740.347 SSP/PI e CPF Nº 019.826.223-00, doravante designado **CONTRATADA**. Considerando o que consta no processo administrativo, com fundamento na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e alterações posteriores; pelos Decretos nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 018/2005, Lei Complementar 123/2006 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de preço para aquisição de combustível para atender as necessidades das secretarias, fundos e órgãos do município de São José do Divino-PI:

LOTE I- COMBUSTÍVEL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	GASOLINA COMUM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE DA ANP.	L	70.000	R\$ 5,82	R\$ 407.400,00
2	DIESEL S10 DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE DA ANP	L	220.000	R\$ 6,12	R\$ 1.346.400,00
VALOR GLOBAL: R\$ 1.753.800,00 (HUM MILHÃO, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS)					

1.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 O objeto deste contrato será executado de acordo com as necessidades da Contratante mediante a apresentação da situação fática, devidamente individualizada.

2.2 Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas decorrentes da execução do objeto, correndo a cargo da **CONTRATANTE** exclusivamente os valores referentes ao pagamento do valor do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI

- 3.1 O valor global do contrato é de R\$ 1.753.800,00 (hum milhão, setecentos e cinquenta e três mil e oitocentos reais).
- 3.2 O pagamento será realizado na Secretaria Municipal de Administração, planejamento e Finanças de São José do Divino-PI, até 30 dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao fornecimento dos produtos.
- 3.3 A nota fiscal referida acima deve apresentar os produtos fornecidos.
- 3.4 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.
- 3.5 Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de execução do serviço.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da execução do contrato correrão da seguinte forma:

FONTES DE RECURSO	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA
600 – CUSTEIO	10.301.0010.2116.0000 – CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	33.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
500 – FUS	10.301.0010.2047.0000 – MAN. DO SISTEMA DE SAÚDE DO MUNICIPIO	
621 – EMENDA	10.301.0010.2076.0000 – INCENTIVO FINANCEIRO DO ESTADO PARA A SAÚDE	
500 – FMAS	08.244.0017.2063.0000 – MAN. DO FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS	
660 – CRIANÇA FELIZ	08.243.0017.2068.0000 – PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ	
500 – FMAS	08.244.0017.2054.0000 – PROGRAMA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – PSB	
660 – CRIANÇA FELIZ	08.244.0017.2067.0000 – ÍNDICE DE GESTÃO DE DESC. DO BOLSA FAMILIA PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL	
660 – PSB	08.244.0017.2120.0000 – COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS GND3	
660 – AUX. BRASIL	12.361.0012.2092.0000 – MAN. ADM DO ENSINO FUNDAMENTAL	
661 – COFINANCIAMENTO	12.365.0012.2093.0000 – MAN. ADM. DO ENSINO INFANTIL	
540 – FUNDEB	04.122.0003.2003.0000 – FUNC. E MAN. DO GABINETE DO PREFEITO	
500 – RECURSOS PRÓPRIOS	04.122.0004.2005.0000 – MAN. E ADM. DA SECRETARIA	
	12.361.0012.2020.0000 – ENC. E MAN. DO TRANSPORTE ESCOLAR	
	12.361.0012.2021.0000 – ADM. DO ENS. FUNDAMENTAL	
	12.365.0012.2026.0000 – MAN. DA REDE DE ENS. INFANTIL	
	20.605.0013.2085.0000 – APOIO E MAN. DA SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
	15.452.0019.2035.0000 – MAN. E ENC. DOS SERVIÇOS URBANOS	
	26.782.0020.2041.0000 – MAN. E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS E ESTRADAS VICINAIS	
	08.243.0018.2044.0000 – MAN. DO CONSELHO TUTELAR	

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato terá validade até 31 de dezembro de 2023, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da contratante e de acordo com o art. 57, II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste contrato, cabe à contratada:

- a) Zelar pela fiel execução do objeto contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto.
- b) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 71 da Lei 8.666/93, com suas alterações.
- c) Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação.
- d) Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas que dão origem ao contrato.
- e) O contratado se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei 8.666/93.
- f) Apresentar mensalmente a Nota Fiscal/Fatura correspondente ao serviço pactuado.
- g) Cumprir, durante a execução dos serviços, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo o único responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- h) Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, o esclarecimento e as informações técnicas pertinentes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as demais obrigações decorrentes do contrato, cabe à contratante:

- a) Proporcionar todas as facilidades, inclusive fornecendo os documentos necessários para que o contratado possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste procedimento;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- c) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- d) Comunicar o(a) contratado(a) sobre possíveis irregularidades observadas nos serviços fornecidos, para imediata substituição;

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1 Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para o justo preço da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer à repactuação do valor contratado, na forma da Legislação.

8.2 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, poderá a contratada fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), que deverá retratar a variação efetiva do custo dos serviços ou dos insumos utilizados na consecução



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI

do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados o descumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações ou a infringência de preceitos legais implicarão, segundo a gravidade da falta, na aplicação das seguintes penalidades administrativas à Contratada, na forma prevista nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº 8.666/1993.
- 9.2 A contrata poderá ser rescindido nos termos do que dispõem os artigos 77 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.
- 9.3 As penalidades pecuniárias serão, sempre que possível e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, descontadas dos créditos da CONTRATADA ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 9.4 Após a aplicação de qualquer penalidade prevista neste capítulo, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), contando o fundamento legal da punição.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1 Fica designado o servidor Milton Gomes Machado, CPF Nº 395.250.233-20, sob Portaria Nº 016 de 25 de fevereiro de 2022, como o gestor do presente Contrato, o qual acompanhará a execução do objeto do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 11.1 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além das penalidades específicas, a sua rescisão com as consequências contratuais e legais.
- 11.2 Constituem motivo de rescisão, os elencados nos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, com redação atualizada pela Lei 8.883/94.
- 11.3 A rescisão do contrato se dará na forma estipulada e prevista em lei (art. 79, e seguintes, da Lei 8.666/93).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE

- 12.1 A CONTRATADA responde civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar a CONTRATANTE ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 Integra o Processo Administrativo nº 0237/2023, todas as peças e documentos que compõem o presente Contrato, inclusive a proposta do Contratado, como se aqui estivesse transcrita.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

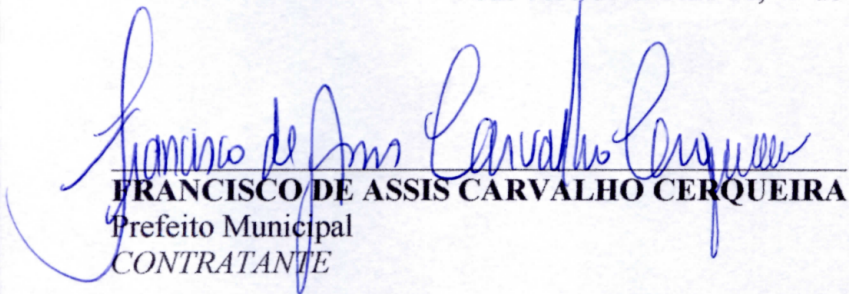
- 14.1 Fica eleito o foro de Piracuruca, Estado do Piauí, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.
- 14.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração CONTRATANTE.

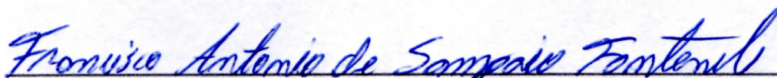


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI

E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito e para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São José do Divino-PI, 13 de março de 2023.


FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO CERQUEIRA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


SÃO JOSE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
CNPJ Nº 11.509.851/0001-80
Francisco Antonio de Sampaio Fontenele
CPF Nº 019.826.223-00 | RG Nº 2.740.347 SSP PI